

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v13i1.51542>

## **Construindo pontes: desafios e caminhos da Pesquisa Social Aplicada**

*Building bridges: challenges and pathways of Applied Social Research*

*Construyendo puentes: desafíos y caminos de la Investigación Social Aplicada*

**Eduardo Georjão Fernandes**

Universidade de Brasília

**Ivone dos Passos Maio**

Universidade Federal do Rio Grande

**Bruna Rossi Koerich**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Resumo** Este artigo discute a pesquisa social aplicada no campo das ciências sociais brasileiras, partindo da constatação de sua persistente marginalidade acadêmica. Retomando as reflexões de Florestan Fernandes sobre o isolamento entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, o texto busca reposicionar a pesquisa social aplicada como uma modalidade legítima de produção científica. Com base em uma revisão de literatura e na experiência profissional dos autores, propõe-se uma definição conceitual de pesquisa social aplicada centrada em seu caráter intencionalmente prático e no diálogo com atores extra-acadêmicos. Em seguida, o artigo examina os principais desafios e implicações metodológicas dessa forma de produção, destacando a diversidade de interlocutores, a mediação entre lógicas científicas e externas, a mobilização situada da teoria, os dilemas éticos e a temporalidade própria da pesquisa aplicada. Por fim, argumenta-se pela necessidade de seu fortalecimento institucional e de seu reconhecimento como parte constitutiva do fazer científico nas ciências sociais.

**Palavras-chave:** pesquisa social aplicada; ciências sociais; aplicação do conhecimento; metodologia de pesquisa; produção científica.



**Abstract** This paper discusses applied social research in the field of Brazilian social sciences, starting from the observation of its persistent academic marginality. Revisiting Florestan Fernandes's reflections on the separation between basic and applied research, the text seeks to reposition applied social research as a legitimate mode of scientific knowledge production. Based on a literature review and the authors' professional experience, the article proposes a conceptual definition of applied social research centered on its intentionally practical character and on dialogue with extra-academic actors. It then examines the main challenges and methodological implications of this mode of production, highlighting the diversity of interlocutors, the mediation between scientific and external logics, the situated mobilization of theory, specific ethical dilemmas, and the distinctive temporality of applied research. Finally, the paper argues for the need to strengthen its institutional standing and to recognize it as a constitutive part of scientific practice in the social sciences.

**Keywords:** applied social research; social sciences; knowledge application; research methodology; scientific production.

**Resumen** Este artículo analiza la investigación social aplicada en el campo de las ciencias sociales brasileñas, partiendo de la constatación de su persistente marginalidad académica. Retomando las reflexiones de Florestan Fernandes sobre el aislamiento entre investigación básica e investigación aplicada, el texto busca reposicionar la investigación social aplicada como una modalidad legítima de producción de conocimiento científico. A partir de una revisión de la literatura y de la experiencia profesional de los autores, se propone una definición conceptual de la investigación social aplicada centrada en su carácter intencionalmente práctico y en el diálogo con actores extraacadémicos. Posteriormente, el artículo examina los principales desafíos e implicaciones metodológicas de esta forma de producción, destacando la diversidad de interlocutores, la mediación entre lógicas científicas y externas, la movilización situada de la teoría, los dilemas éticos específicos y la temporalidad propia de la investigación aplicada. Finalmente, se argumenta a favor de la necesidad de su fortalecimiento institucional y de su reconocimiento como parte constitutiva del quehacer científico en las ciencias sociales.

**Palabras clave:** investigación social aplicada; ciencias sociales; aplicación del conocimiento; metodología de investigación; producción científica.

*Recebido em 31-01-2025*

*Modificado em 20-02-2026*

*Aceito para publicação em 21-03-2026*

## Introdução

Em 1959, Florestan Fernandes apresentou um trabalho no Simpósio de Problemas Educacionais, em São Paulo, no qual defendia a emergência de uma nova concepção de ciência social aplicada, que visava a incluir a aplicação nos limites da investigação científica, tratando pesquisa, teoria e aplicação como fases interdependentes (Fernandes, 2005). Segundo o sociólogo, havia um isolamento histórico entre “pesquisa fundamental” e “pesquisa da aplicação”, que vinha se modificando pelo reconhecimento da necessidade de converter a pesquisa aplicada em parte constituinte do pensamento científico e pelo dilema moral em que os cientistas estavam implicados sobre o destino de suas pesquisas (“qual o uso do conhecimento?”, “para que saber?”).

Passados mais de sessenta anos do contexto trazido acima, qual seria o espaço da pesquisa social aplicada nas ciências sociais brasileiras? Nossa observação como pesquisadores do campo das ciências sociais e como participantes de seus eventos acadêmicos nacionais mais proeminentes é de que a pesquisa aplicada segue marginal, tanto como objeto de preocupação do campo, quanto como tema a ser incorporado na formação dos cientistas sociais, nos diferentes níveis. Em suma, o isolamento entre pesquisa básica e pesquisa aplicada apontado por Fernandes (2005) ainda guarda relação com a atualidade. Nesse enquadramento, os cientistas da pesquisa fundamental tenderiam a não estar interessados no destino prático de suas descobertas e os especialistas da aplicação tenderiam a negligenciar o progresso teórico do campo (Fernandes, 2005). Podemos acrescentar, ainda, o pouco interesse e a ausência de espaços de diálogo entre esses dois tipos de pesquisadores, aqui entendidos como tipos ideais.

A partir dessas inquietações e tentando produzir um quadro mais atual, realizamos uma busca sistemática pelo termo “pesquisa social aplicada”<sup>1</sup> no Portal de Periódicos da Capes e na Charles - Biblioteca Virtual da ANPOCS. Os resultados reforçaram nossa percepção: após a limpeza dos dados, excluindo materiais não relacionados ao tema, obtivemos apenas dezoito textos. As datas de publicação variaram entre 1987 e 2024. Com exceção do texto da década de 1980 (Heye & Souza, 1987), que faz um relato de um projeto junto a artesãos com vistas à sua melhor inserção produtiva, todos os outros foram publicados depois dos anos 2000, sendo nove entre 2000 e 2020 e oito após 2020. Tal distribuição temporal das publicações pode indicar resistência à marginalidade do tema nas últimas duas ou três décadas.

No conjunto de dezoito textos, catorze deles trazem resultados de pesquisas, majoritariamente indicando na seção de metodologia tratar-se de uma pesquisa social aplicada (daí o termo captado pela busca). Outros três textos trazem uma abordagem

---

<sup>1</sup> Para a Biblioteca Virtual da ANPOCS utilizamos a variação “pesquisa aplicada”.

histórica e reflexiva sobre o papel da pesquisa aplicada no campo das ciências sociais no passado. Del Vecchio e Diéguez (2009) abordam as pesquisas sobre condições de vida dos trabalhadores, que ocorreram na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) entre 1934 e 1937, como as primeiras manifestações da sociologia aplicada no Brasil. Menezes (2014) trata da articulação entre pesquisa e proposição de políticas educacionais, especialmente por meio da atuação de figuras como Anísio Teixeira e Florestan Fernandes, entre as décadas de 1940 e 1960. Jackson (2007) resenha o livro com o sugestivo nome de *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*, de Gláucia Villas Bôas, enfatizando como a dimensão aplicada com vistas a construir o futuro do país se relacionava com as perspectivas sociológicas, especialmente na década de 1950.

Por fim, Fernandes e colaboradores (2022), apesar de seu foco principal ser a proposição de um índice de governança integrada, oferecem duas reflexões relevantes. A primeira trata de uma tensão epistemológica entre racionalismo e construtivismo que ocorre no interior do campo das Políticas Públicas Baseadas em Evidências - aqui é indispensável chamar a atenção para o fato de os pesquisadores se colocarem dentro desse campo. A segunda é sobre um ponto de virada identificado na gestão pública, que passa, a partir dos anos 1990, a buscar, em métricas multidisciplinares, soluções para seus problemas. Este segundo ponto traz uma discussão importante: o “campo de públicas” fortaleceu-se e ganhou autonomia no Brasil, especialmente nos últimos 30 anos (Farah, 2016). De um lado, isso gerou mais espaço para a pesquisa social aplicada nas políticas públicas, de outro, a autonomização do campo de públicas pode ter deslocado a aplicação um pouco mais “para fora” das disciplinas de ciências sociais.

Assim, a lacuna identificada na literatura, somada à nossa leitura do campo e à nossa atuação profissional nas fronteiras entre pesquisa básica e aplicação, nos motivou a trazer para o debate a pesquisa social aplicada da atualidade. Observamos que há um cenário de crescente demanda por dados e informações de qualidade que orientem as ações de governos, do terceiro setor, de organizações e mesmo de comunidades. Além disso, os recentes ataques à ciência em geral e às universidades em particular (Cortez, 2025) têm motivado a reflexão no campo científico sobre suas contribuições e formas de aproximação com a sociedade. Em boa medida, a nova proposta de curricularização da extensão<sup>2</sup> nos cursos superiores é uma resposta à demanda de maior articulação entre universidade e sociedade.

Este artigo está dividido da seguinte maneira. Na próxima seção, discutimos e apresentamos o conceito de pesquisa social aplicada, enfatizando suas características diferenciais, como seu caráter prático e o necessário diálogo com atores para além da academia. Na seção seguinte, a partir de contribuições da literatura e de nossa

---

<sup>2</sup> Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE). Ela torna obrigatória a curricularização da extensão, determinando que 10% da carga horária dos cursos de graduação devem ser dedicados a atividades de extensão.

experiência na produção de pesquisas aplicadas, elaboramos reflexões críticas sobre os seus principais desafios e implicações metodológicas. Por fim, encaminhamos as considerações finais, destacando elementos que possam subsidiar debates e ações que reposicionem a pesquisa aplicada nas ciências sociais brasileiras.

## **Pesquisa Social Aplicada: em busca de uma conceituação**

O nosso primeiro desafio é definir o que estamos chamando de “pesquisa social aplicada”. Para tanto, nesta seção, apresentamos e debatemos os conceitos mapeados na literatura, para, em seguida, propor nosso conceito de “pesquisa social aplicada”, indicando, por fim, métodos e abordagens que dialogam com essa concepção.

Nafstad (1982), em um dos poucos artigos científicos mapeados que se dedicam à definição conceitual desse campo a partir do ponto de vista das ciências sociais, faz uma diferenciação entre “pesquisa social aplicada” e “pesquisa social básica” – ou entre “pesquisa de aplicação” e “pesquisa fundamental”, nos termos de Fernandes (2005). A autora define a primeira como “tentativas sistemáticas de contribuir para a solução de problemas sociais práticos por meio de pesquisa e atividade teórico-empírica baseada nas disciplinas tradicionalmente acadêmicas estabelecidas das ciências sociais” (Nafstad, 1982:260, tradução nossa). Sob essa perspectiva, o ponto central de diferenciação entre a pesquisa aplicada e a básica seria a finalidade de “solução de problemas sociais práticos” pela pesquisa aplicada, enquanto, na pesquisa básica, predominariam os interesses teóricos definidos pelo pesquisador.

De forma similar, Sherraden e colegas (2019) postulam que a pesquisa social aplicada se caracteriza pela conexão proposital entre investigação e ação, o que se traduziria pela expressão “impacto social”. Na visão dos autores, “a essência da pesquisa social aplicada é sua aplicação para a mudança social” (Sherraden *et al.*, 2019:546, tradução nossa).

Fleury e Werlang (2016) contribuem com o debate ao delimitar que a aplicabilidade desse tipo de pesquisa concentra-se nos “problemas presentes nas atividades de instituições, organizações, grupos ou atores sociais” (Fleury & Werlang, 2016:11). Assim, a pesquisa social aplicada responderia, por meio de instrumentos como diagnósticos e mapeamento de soluções, a demandas formuladas por um conjunto de atores sociais.

Os exemplos concretos dessas aplicações são diversos. A pesquisa social aplicada pode ser mobilizada para subsidiar políticas públicas e iniciativas sociais, oferecer diagnósticos e recomendações acionáveis, fortalecer o debate público e a democracia, entre outros. O que há de comum nesses exemplos é o caráter intencionalmente prático da investigação.

A partir dessas conceituações, é preciso ponderar algumas questões. A diferenciação entre “pesquisa social aplicada” e “pesquisa social básica” não se situa no grau de mobilização do componente empírico. Embora a pesquisa aplicada, por sua lógica prática, necessariamente demande a coleta, sistematização e análise de dados empíricos, a pesquisa básica também pode estar fortemente ancorada na empiria – embora, neste caso, sem ter como finalidade central a solução de problemas sociais práticos.

Ademais, uma discussão implícita à intencionalidade prática da pesquisa é o nível de engajamento do pesquisador quanto aos impactos sociais produzidos (e pretendidos) na investigação. Esse debate gira em torno da clássica oposição weberiana entre “juízos de fato” e “juízos de valor” (Weber, 2015). Isso impõe um dilema ético ao pesquisador quanto aos usos do conhecimento produzido – tema que será mais aprofundado abaixo, na seção de desafios. Outra questão é o caráter “ideal” da distinção entre pesquisa básica e aplicada, uma vez que, na realidade, as fronteiras entre esses “tipos ideais” podem ser fluidas e pouco definidas, inclusive pela possível interdependência entre a fase de produção e a fase de aplicação do conhecimento, como defendido por Fernandes (2005).

A natureza aplicável desse tipo de pesquisa culmina em uma série de características relevantes a serem consideradas no processo de fazer científico. Nafstad (1982) aprofunda as comparações entre pesquisa aplicada e básica em três fases. Na fase de formulação, a pesquisa social aplicada, além de ter uma justificativa teórica, necessitaria ser baseada em uma justificativa prática/aplicada para fundamentar sua relevância – enquanto a justificativa da pesquisa básica estaria restrita à dimensão teórica. Na fase de implementação da pesquisa, a autora não reconhece diferenças significativas, indicando que os métodos de coleta e análise de dados assumem características praticamente idênticas nas pesquisas aplicada e básica, com a diferença de que, no caso da pesquisa aplicada, os pesquisadores devem, além das demandas internas do campo científico, lidar com as demandas externas (por exemplo, por parte de financiadores ou demandantes que contrataram a pesquisa). Na fase de comunicação dos resultados, estariam as principais diferenças entre esses tipos de pesquisa, dado que, na pesquisa aplicada, os relatórios de pesquisa devem ser transmitidos para um público externo, o que envolve a construção de produtos que sejam compreensíveis e aplicáveis para um público não habituado à lógica científica – enquanto, na pesquisa básica, a comunicação de resultados se dá centralmente entre pares no campo científico.

As homogeneidades e diferenciações apontadas por Nafstad (1982), porém, não são consensuais. Por exemplo, enquanto a autora entende que a pesquisa básica e a aplicada teriam uma relação semelhante com a teoria, é comum que, na prática da pesquisa social aplicada, a teoria seja relegada “a segundo plano”, havendo uma “subteorização” em favor da entrega de produtos aplicáveis. Da mesma forma, é

possível questionar se há, de fato, uma homogeneidade metodológica entre os campos, uma vez que a relação com os demandantes pode impor aos pesquisadores desafios metodológicos distintos daqueles enfrentados na pesquisa básica – por exemplo, situações em que a escolha dos métodos de pesquisa envolve decisões pragmáticas que atendam a demandas externas, a prazos e a contextos de aplicação.

De qualquer modo, os pontos levantados por Nafstad (1982) indicam que um elemento fundamental da diferenciação entre pesquisa aplicada e básica é a relação entre as lógicas interna e externa ao campo científico. Posto que a aplicabilidade necessariamente envolve o contato de pesquisadores com o espaço e os atores “fora” do campo acadêmico, a pesquisa aplicada necessariamente implica a mediação entre os pesquisadores e a “audiência” – composta pelo financiador ou demandante que contratou a pesquisa, por tomadores de decisão, entre outros (Rossi, 1978). Embora fronteiras muito rígidas possam obstaculizar as complementaridades, na Tabela 1 a seguir, sintetizam-se as principais diferenças entre pesquisa básica e pesquisa aplicada a partir do mapeamento da literatura e das considerações dos autores:

**Tabela 1.** Síntese das diferenças entre pesquisa social básica e pesquisa social aplicada

<b>Dimensão</b>	<b>Pesquisa social básica</b>	<b>Pesquisa social aplicada</b>
<b>Finalidade central</b>	Produção de conhecimento teórico e explicativo, orientada prioritariamente por problemas científicos definidos no interior do campo acadêmico.	Contribuição intencional para a solução de problemas sociais práticos, articulando investigação científica e ação social.
<b>Orientação do problema de pesquisa</b>	Problemas formulados a partir de lacunas teóricas, debates conceituais ou controvérsias disciplinares.	Problemas formulados a partir de demandas concretas de instituições, organizações, políticas públicas, grupos ou atores sociais.
<b>Lógicas predominantes</b>	Predomínio da lógica interna do campo científico (pares, revistas, congressos).	Mediação constante entre a lógica científica e lógicas externas (institucionais, políticas, organizacionais).
<b>Comunicação dos resultados</b>	Voltada principalmente à comunidade acadêmica, por meio de artigos, livros e eventos científicos.	Voltada a públicos diversos, exigindo produtos compreensíveis, acionáveis e socialmente úteis (relatórios técnicos, diagnósticos, recomendações, devolutivas públicas).

Fonte: autoria própria.

Diante dessas considerações, chegamos ao nosso conceito de pesquisa social aplicada, qual seja: *uma pesquisa de caráter intencionalmente prático, mobilizando teorias, conceitos e métodos das ciências sociais e envolvendo o diálogo com interlocutores não científicos*. Essa definição busca sintetizar um “conceito mínimo” de pesquisa social

aplicada, ao indicar que, na diversidade de formatos de investigações que podem ser incluídas sob esse “guarda-chuva”, é essencial que a pesquisa desse formato tenha um caráter intencionalmente prático e dialogue com atores externos ao campo científico.

Outras diferenciações da pesquisa social aplicada com métodos e abordagens próximas também podem ajudar a delimitar sua compreensão. É o caso, por exemplo, das Políticas Informadas por Evidências (PIE), que são definidas como uma abordagem com foco nas práticas de identificação das melhores estratégias disponíveis e de informar os gestores para subsidiar o processo de tomada de decisão em políticas públicas (Sousa & Barreto, 2017; Ramos & Silva, 2018). Em sua origem, está a ideia, disseminada especialmente nos anos de 1970, de “política baseada em evidência” (PBE), que por sua vez é tributária da “medicina baseada em evidências” (Pinheiro, 2020). Contudo, as PIE representam um uso mais modesto do termo, pois reconhecem que o contexto político, inerente à intenção de aplicação, faz com que as decisões não sejam meramente *baseadas* em evidências (Ramos & Silva, 2018).

Entre pesquisa social aplicada e as PIE há um ponto de aproximação importante: ambas partem de uma questão que busca resolver um problema prático. No entanto, a literatura da área das PIE tende a enfatizar o processo de aproximação entre a produção científica e a tomada de decisão (especialmente em políticas públicas), focando prioritariamente na sistematização e utilização de evidências já disponíveis, em vez de se concentrar na produção de conhecimento novo ou de dados primários. Sua mobilização em contextos de políticas sociais ainda é pouco usual no Brasil, pois a estrutura da abordagem, demasiadamente apoiada em noções como intervenção e desfecho, consegue influir com sucesso em políticas de saúde, mas tende a enfrentar maior dificuldade em políticas sociais, nas quais as causalidades intrincadas, relações estruturais, dinâmicas de poder, disputas simbólicas e condicionantes contextuais são mais acentuados.

Na tradição das ciências sociais, o foco em aplicação conecta, muitas vezes, a ideia de pesquisa social aplicada com pesquisa-ação. De fato, a pesquisa-ação supõe uma intervenção e, portanto, é aplicada. No entanto, trata-se de um método específico, que pressupõe elementos como participação ativa dos sujeitos, ciclos de ação–reflexão–ação simultâneos à pesquisa e à construção coletiva do conhecimento – geralmente em escalas micro ou meso (Thiollent, 1992; Baldisserra, 2001; Tripp, 2005). Já a pesquisa social aplicada, como será visto a seguir, não define um método único, admitindo múltiplas estratégias de pesquisa, em diferentes escalas e sem a pressuposição de intervenção e processo participativo síncronos à realização da pesquisa.

## Desafios e implicações metodológicas

O fazer da pesquisa exige, sempre, uma articulação entre as concepções epistemológicas e as escolhas metodológicas (Cotanda *et al.*, 2008). O caráter “aplicado” de uma pesquisa social traz uma série de implicações metodológicas e epistemológicas que, em alguma medida, acabam diferenciando o “como fazer” desse tipo de produção.

Listamos a seguir os aspectos metodológicos que consideramos mais emblemáticos desse tipo de pesquisa. Buscamos tanto sistematizar os pontos mais consensuais na literatura quanto, principalmente, tecer reflexões próprias acerca desses elementos, a partir de nossa experiência prática na formulação e execução de pesquisas sociais aplicadas.

### *Diversidade de interlocutores*

O primeiro aspecto a ser considerado é a diversidade de interlocutores com quem se dialoga e, mais do que isso, que possuem interesses e expectativas em relação à realização da pesquisa. Se as pesquisas sociais produzidas e direcionadas à comunidade científica possuem certa homogeneidade no público a que se destinam, contando com a consolidação de parâmetros, entendimentos e concepções, a pesquisa social aplicada ocorre, em geral, em um contexto de constantes interações com atores diretamente interessados na pesquisa, mas que, não necessariamente, conhecem com profundidade aspectos basilares da produção de pesquisas. Portanto, conforme apontado por Nafstad (1982), a interação entre as lógicas interna e externa ao campo científico ficam evidenciadas nesse tipo de produção.

Por essa razão, há, nesse contexto, a necessidade de um esforço frequente de “tradução do conhecimento”. De acordo com Graham *et al.* (2006:14), diferentes termos como “Knowledge Translation”, “Knowledge Transfer”, “Knowledge Exchange”, e “Research Utilization” são utilizados para se referir ao movimento do conhecimento para a aplicação prática, que os autores descrevem como KTA – “knowledge-to-action”. Essas discussões estão mais presentes na área da saúde, mas têm avançado timidamente para outras áreas do conhecimento científico.

Consoante Ferraz *et al.* (2019), esse processo de “tradução” encontra como um dos principais desafios justamente a falta de coesão entre a comunidade científica e os tomadores de decisão, gerando lacunas entre os universos de produção e de consumo do conhecimento. Em grande medida, as discussões existentes sobre esse processo de “tradução” relacionam-se com a sistematização de resultados de pesquisas realizadas e publicadas em âmbito acadêmico em evidências para subsidiar a ação prática, sobretudo, no campo de formulação de políticas públicas (Oxman *et al.*, 2009).

Contudo, conforme discutimos anteriormente, a realização da pesquisa social aplicada não se restringe ao processo de sistematização de evidências e, muitas vezes, envolve a produção de dados primários ou análise inédita de dados secundários. Nesse cenário, mais do que uma “tradução”, é necessário um processo de “mediação” entre os pesquisadores e os demais atores envolvidos direta ou indiretamente com a sua realização, demandando um diálogo constante com a comunidade não científica em diferentes etapas da pesquisa.

Assim, a busca de identificar “para quem” se destina a pesquisa social aplicada pode encontrar diferentes respostas, como: a) gestores públicos e formuladores de políticas, que demandam evidências para orientar decisões; b) organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que buscam diagnósticos que fortaleçam a incidência política e a defesa de direitos, implicando sensibilidade às agendas coletivas; c) filantropia e investidores sociais privados, que esperam métricas e indicadores que justifiquem investimentos e demonstrem impacto social; d) comunidades em situação de vulnerabilidade, não apenas como destinatárias, mas como coprodutoras do conhecimento, exigindo abordagens participativas e respeito às dinâmicas locais; entre muitos outros atores. Além disso, deve-se destacar a relação constante com as universidades, como espaços de articulação entre teoria e prática, tensionando a lógica acadêmica com a urgência das demandas sociais. Essa diversidade de atores diretamente envolvidos com o processo da pesquisa nos parece ser uma das principais especificidades da pesquisa social aplicada, em comparação com a pesquisa social básica, que é realizada em um ambiente marcado pela coesão científica (mesmo que depois de finalizada passe pela tradução e comunicação com o restante da sociedade).

Tal cenário complexo traz desafios, por exemplo, para o processo de validação e atestado de qualidade das produções. A inexistência de instituições (como CNPq ou CAPES) que façam um “controle de qualidade” por meio de métricas consensuadas no cenário da pesquisa aplicada ocasiona desafios na relação entre os pesquisadores e demandantes da pesquisa. Ademais, a ausência de uma legitimação objetivada em parâmetros pré-estabelecidos pode gerar movimentos constantes de desconfiança dos financiadores ou demandantes em relação à adoção de procedimentos de pesquisa ou mesmo em relação aos resultados encontrados.

O contexto de diversidade de interlocutores presente na pesquisa social aplicada pode gerar um jogo constante de negociações, buscando uma produção compreensível e “útil”, mas sem perder a densidade analítica.

## *Mobilização da teoria*

A discussão sobre o papel da teoria nas pesquisas sociais já mobilizou uma vasta produção, repleta de consensos e dissensos (Bulmer, 1984; Somekh & Lewin, 2015). No âmbito das pesquisas sociais aplicadas, essa discussão ganha novos contornos, uma vez que essa forma de produção tende a mobilizar as contribuições teóricas de modo bem mais sintético do que as pesquisas realizadas em ambiente acadêmico.

Em grande medida, isso ocorre em razão da necessidade de produtos mais diretos, facilitando a compreensão por parte dos atores que demandam esse tipo de pesquisa, o que pode gerar um processo de *subteorização* em relação à pesquisa social básica. Além disso, é comum que a teoria seja mais mobilizada nas etapas de formulação do problema, construção e desenho da estratégia metodológica, e menos na análise dos resultados encontrados na pesquisa, diferentemente do que costuma ocorrer com as pesquisas mais circunscritas no contexto acadêmico. Essa subteorização, contudo, não significa a ausência de reflexão conceitual. Ao contrário, as teorias ajudam a interpretar contextos multifacetados e evitar o tecnicismo vazio, mesmo que suas contribuições estejam expressas de forma mais sutil e pontual nas produções da ciência social aplicada.

Rossi e colegas (1978) chamam a atenção para o fato de que, embora a pesquisa social aplicada esteja focada na solução de problemas do mundo real, não se pode começar a resolver problemas sociais sem antes entendê-los. Portanto, para os autores, o papel da teoria é fundamental para a pesquisa aplicada, apoiando a construção de modelos causais, a construção de hipóteses a serem testadas, a seleção de variáveis (especialmente aquelas manipuláveis em termos de intervenção) e a escolha de fontes da pesquisa. Enfim, a pesquisa aplicada baseia-se na ciência, ou seja, no corpo teórico, nos conceitos e princípios metodológicos, ainda que seu propósito central seja prático e não teórico.

## *Princípios éticos*

Outro elemento relevante da pesquisa social aplicada são seus princípios éticos. Como destacam Simons e Piper (2015), a ética da pesquisa é uma prática situada, e as decisões éticas resultam da ponderação de uma miríade de fatores nas intrincadas situações sociais e políticas do decorrer da pesquisa.

Tendo em vista que esse tipo de pesquisa possui uma motivação (e, muitas vezes, um financiamento) relacionada com interesses específicos, é preciso considerar as complexas relações de poder envolvidas no contexto da pesquisa. Por essa razão, é ainda mais necessário um movimento constante de reflexão sobre o compromisso ético na produção de conhecimento, aproximando-se de uma prática objetiva, na

medida do possível. Não é incomum, por exemplo, que as pesquisas cheguem a resultados bastante diferentes daqueles esperados pelos seus financiadores ou demandantes. Nessas situações, torna-se necessária a garantia de lisura e transparência na comunicação dos resultados, assegurando que os resultados da pesquisa não sejam adulterados ou influenciados por demandas externas. É possível, também, que grandes diferenças entre a expectativa dos financiadores ou demandantes e os resultados encontrados sejam o motivador para nova pesquisa, focada em identificar os motivos dessa divergência.

Outro ponto relevante sobre os princípios éticos é a proteção de dados sensíveis, assim como os cuidados éticos envolvidos na produção e coleta de dados primários. De maneira geral, esses cuidados seriam controlados pelo processo de validação dos Comitês de Ética em Pesquisa. A estrutura e funcionamento dos Comitês de Ética em Pesquisa já são bastante questionados no âmbito da pesquisa social por serem estruturados, sobretudo, a partir de princípios epistemológicos das pesquisas da área da saúde, ou mesmo por concepções científicas de matriz positivista, que, em alguns contextos, dificultam ou impedem a realização de pesquisas. No caso da pesquisa social aplicada, a tramitação formal no Sistema CEP/CONEP é ainda mais problemática, já que pesquisas não vinculadas a uma universidade são designadas aleatoriamente a Comitês de Ética, frequentemente sendo analisadas por pesquisadores que desconhecem as racionalidades tanto da pesquisa na área social, quanto da pesquisa aplicada a contextos não acadêmicos.

Dessa forma, os cuidados éticos precisam ser frequentemente lembrados e vigiados dentro do próprio contexto da pesquisa aplicada, com a formalização de Termos de Sigilo e de Termos de Compromisso com o uso de dados. Além disso, assume-se no contexto da pesquisa social aplicada o compromisso com o retorno social dos resultados encontrados, fortalecendo o processo de divulgação e comunicação científica. Assim, é comum que os resultados de pesquisas sociais aplicadas sejam publicizados em eventos públicos, assim como desdobrados em produtos de comunicação social ou mesmo de mídias sociais.

O último aspecto ético a ser considerado trata da complexa trama de coprodução do conhecimento frequentemente envolvida na pesquisa social aplicada. A pesquisa social aplicada, via de regra, se faz de forma coletiva, com equipes de pesquisa (muitas vezes multidisciplinares), envolvendo diferentes papéis em seu processo de produção. Se, por um lado, essa multiplicidade de atores é um dos aspectos que permite a riqueza desse tipo de produção, por vezes, existem desafios para o reconhecimento de autoria de todos os atores que acabaram se envolvendo nessa produção. Uma boa prática, nesse sentido, é sempre explicitar nas produções os diferentes grupos e indivíduos que atuaram nos diferentes momentos e processos.

Um último desafio ético na PSA é a publicação de seus resultados em periódicos científicos ou eventos acadêmicos. Apesar de essa interação e de esse diálogo entre a

academia e a pesquisa aplicada serem essenciais para o avanço nas duas modalidades de produção, não raro as regras no campo acadêmico colidem com práticas da pesquisa aplicada. O caso mais comum é a limitação do número de autores por grande parte das publicações, o que inviabiliza que os diferentes atores envolvidos na produção da pesquisa aplicada sejam creditados de forma adequada. Outra limitação importante diz respeito à dificuldade de reconhecimento e à validação científica de outras modalidades de produtos, como relatórios técnicos, *dashboards* ou produções audiovisuais, muito utilizadas no contexto de pesquisas aplicadas.

### *Multiplicidade de técnicas e ferramentas*

Ainda em termos metodológicos, é fundamental destacar a necessidade de domínio de uma multiplicidade de técnicas e ferramentas no contexto da pesquisa social aplicada, que são mobilizados de forma pragmática a depender da pergunta e dos objetivos de cada pesquisa. Esse fato exige do pesquisador engajado em pesquisas aplicadas uma formação bastante diversa, que o permita navegar em diferentes abordagens metodológicas.

De acordo com o abordado na seção anterior deste artigo, há grande similaridade em relação aos métodos de coleta e análise de dados das pesquisas básica e aplicada. Contudo, é relevante frisar que, usualmente, os pesquisadores envolvidos em pesquisas aplicadas são demandados a dominar um conjunto amplo de métodos e técnicas.

Com respeito às ferramentas de pesquisa, o avanço tecnológico tem propiciado mudanças significativas na forma de produzir, organizar, analisar e disseminar dados. No contexto da pesquisa social aplicada, o uso de soluções tecnológicas deixa de ser apenas um recurso instrumental e passa a integrar o próprio desenho da pesquisa, especialmente quando se trata de estudos desenvolvidos de forma colaborativa e voltados à interlocução com atores extra-acadêmicos.

Ferramentas digitais que operam em ambiente online e compartilhado, por exemplo, possibilitam o trabalho simultâneo de equipes de pesquisa em diferentes etapas do processo investigativo, desde a organização de bancos de dados até a análise e interpretação dos resultados. É o caso de softwares de análise qualitativa que permitem codificação em nuvem, viabilizando a atuação sincronizada de múltiplos codificadores, bem como de bancos de dados online que podem ser manipulados conjuntamente por mais de um pesquisador.

Da mesma forma, a visualização de dados assume papel central na pesquisa social aplicada, sobretudo quando se busca comunicar os resultados da investigação a públicos não especializados. Nessas conjunturas, o formato de apresentação dos dados torna-se parte do esforço analítico e comunicativo, exigindo soluções que favoreçam a

clareza, a inteligibilidade e a apropriação social do conhecimento produzido. Ferramentas de design de dados e de visualização interativa têm se mostrado aliadas relevantes nesse processo, ao mediar a comunicação entre pesquisadores e os diversos atores envolvidos na pesquisa.

### *Temporalidade*

Por fim, é importante destacar que a produção da pesquisa social aplicada é marcada por uma temporalidade diferente das pesquisas realizadas em ambiente acadêmico. Além de mais curtos, os prazos tendem a ser mais rígidos e, frequentemente, vinculados ao processo de financiamento e remuneração dos pesquisadores. O principal desafio, logo, é o de equilibrar a qualidade da produção com a urgência das demandas, garantindo uma produção ágil, mas com a profundidade necessária para produzir respostas às perguntas e problemas sociais.

Essa diferença de temporalidade é um dos fatores mais desafiadores no que diz respeito à formação/capacitação de pesquisadores aptos a atuar na pesquisa social aplicada, na medida em que sua formação acadêmica, via de regra, é marcada pela lógica temporal específica do ambiente acadêmico.

Além disso, é significativo destacar que as demandas de temporalidade mais rígidas da pesquisa social aplicada frequentemente incidem na construção do desenho da pesquisa. Dessa forma, é possível que essas limitações levem à escolha de problemas de pesquisa passíveis de serem respondidos de forma mais objetiva, ou mesmo à opção por métodos e técnicas mais ágeis tanto de coleta como de análise de dados. É comum, ainda, que a temporalidade da pesquisa aplicada estimule o desenvolvimento de pesquisas mais panorâmicas e gerais, que são complementadas posteriormente por pesquisas mais específicas e aprofundadas em pontos identificados como mais relevantes ao objeto analisado.

Essas considerações acerca do processo metodológico evidenciam que a pesquisa social aplicada não é apenas uma questão de técnica, mas de projeto político-científico, que articula saberes, atores e valores em busca de soluções socialmente relevantes.

### **Considerações finais**

Ao longo deste artigo, buscamos contribuir para o debate sobre a pesquisa social aplicada, partindo da constatação de sua persistente marginalidade no campo das ciências sociais brasileiras, apesar de sua longa trajetória histórica e de sua relevância crescente no enfrentamento de problemas sociais concretos. A retomada das reflexões de Florestan Fernandes nos permitiu evidenciar que essa marginalização não decorre

de uma fragilidade epistemológica da pesquisa aplicada, mas da permanência de uma separação arbitrária entre pesquisa básica e pesquisa orientada à aplicação.

Como argumentado, a distinção rígida entre esses tipos de pesquisa obscurece o fato de que teoria, pesquisa e aplicação podem constituir um *continuum*, sem que isso implique subordinar a produção científica a um utilitarismo estreito. Tal perspectiva abre importantes possibilidades, como uma maior articulação entre o avanço científico e sua contribuição social, bem como o aproveitamento mais sistemático dos resultados empíricos de pesquisas aplicadas não apenas para subsidiar decisões práticas, mas também para tensionar pressupostos teóricos, formular novos problemas sociológicos e impulsionar avanços conceituais ancorados na observação do real.

Mostramos, também, avanços das ciências aplicadas desenvolvidas nas fronteiras interdisciplinares, com os quais as ciências sociais têm a ganhar ao conhecer e dialogar de forma crítica, especialmente no que diz respeito a estratégias metodológicas, ferramentas de pesquisa, processos de mediação com atores não acadêmicos e formas de tradução do conhecimento. Tal aproximação, longe de implicar uma adesão acrítica a modelos externos, pode fortalecer a capacidade analítica das ciências sociais diante de contextos complexos, além de ampliar seu protagonismo em arenas decisórias.

A maior aproximação entre academia e pesquisa social aplicada também abre espaço para a construção de parâmetros e formas de regulação mais adequadas a esse tipo de produção, seja no campo ético, metodológico ou institucional. Conforme discutido ao longo da seção dedicada aos desafios e implicações metodológicas, a pesquisa social aplicada envolve processos e singularidades que tensionam práticas consolidadas, como a diversidade de interlocutores, a necessidade de mediação e tradução do conhecimento, a mobilização situada da teoria, os dilemas éticos específicos, a multiplicidade de técnicas e ferramentas, e a temporalidade própria de sua realização.

A incorporação sistemática dessas experiências ao debate acadêmico pode contribuir não apenas para qualificar práticas de pesquisa aplicada, mas também para ampliar os referenciais metodológicos das próprias ciências sociais. Nesse sentido, a definição de diretrizes e parâmetros sensíveis às especificidades da pesquisa realizada fora do ambiente estritamente acadêmico pode fortalecer a autonomia científica, promover maior transparência nas relações com financiadores e demandantes, e favorecer a construção de critérios de qualidade que reconheçam a complexidade e a relevância social desse tipo de produção.

No que se refere à formação, o reconhecimento da pesquisa social aplicada como espaço relevante de aprendizagem e atuação profissional impõe-se como um desafio central. Ampliar seu lugar nos currículos de graduação e pós-graduação significa diversificar trajetórias profissionais possíveis para cientistas sociais e fortalecer competências metodológicas, analíticas e éticas fundamentais para a produção de

conhecimento socialmente situado. A recente ampliação do papel da extensão na formação universitária apresenta-se como uma janela de oportunidade nesse sentido. Além disso, a criação de mais espaços de publicação e disseminação de pesquisas aplicadas (como periódicos e eventos científicos) e a valorização dessas produções nos parâmetros oficiais de qualidade acadêmica podem contribuir para o fortalecimento dessa agenda.

Assim, a pesquisa social aplicada não deve ser compreendida como um campo subalterno ou derivado, mas como uma modalidade legítima de produção de conhecimento científico. Ao fazer seu reconhecimento como parte constitutiva do fazer científico nas ciências sociais, abre-se uma agenda de investigação e institucionalização que desafia o campo a repensar seus critérios de legitimidade, seus modelos de formação e seus compromissos com a transformação social.

## Referências

- BALDISSERA, Adelina. (2001). “Pesquisa-ação: uma metodologia do ‘conhecer’ e do ‘agir’ coletivo”. *Sociedade Em Debate*, v.7, n. 2, pp 5-25 [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/570/510>
- BRASIL. Decreto nº 12.651. *Regulamenta a Lei Nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o sistema nacional de ética em pesquisa com seres humanos.* [Consult. 07-02-2026]. Disponível em [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12651.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12651.htm)
- BULMER, Martin. (1984). “Introduction: Problems, theories and methods in sociology – (How) Do they interrelate?” in M. Bulmer (org.), *Sociological research methods – An introduction.* London, Macmillan.
- CORTEZ, Henrique. (2025). “A ofensiva global da extrema-direita contra as universidades”. Artigo de Henrique Cortez. *Instituto Humanitas Unisinos.* [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://ihu.unisinos.br/categorias/652748-a-ofensiva-global-da-extrema-direita-contra-as-universidades-artigo-de-henrique-cortez>
- COTANDA, Fernando C.; SILVA, Marcelo K.; ALMEIDA, Marilis L.; ALVES, Caleb F. (2008). “Processos de pesquisa nas ciências sociais: uma introdução”, in C. R. Pinto e C. A. Guazzelli (orgs.), *Ciências Humanas: Pesquisa e Método.* Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 63-83.
- DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. (2009). “A sociologia aplicada no Brasil: a importância da ELSP e das pesquisas de padrão de vida em São Paulo”. *Encontro Anual Da ANPOCS*, 33. Caxambu, MG: ANPOCS.
- FARAH, Marta F. S. (2016). “Formação em política pública no Brasil: das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do ‘campo de públicas’”. *Estudios Políticos (Medellín)*, v. 49, pp. 192-215 [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n49a11>
- FERNANDES, Camila N.; LEITE, Mariana S.; SANTOS, Wesley L. (2022). “Governança social integrada: a abordagem da inovação responsável aplicada ao desempenho municipal nas políticas de saúde, assistência social e educação”. *Encontro Anual Da ANPOCS*, 46. Caxambu, MG: ANPOCS.

- FERNANDES, Florestan (2005). “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 86, n. 212, pp. 125-161. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbeb.86i212.853>
- FERRAZ, Lucimare; PEREIRA, Rui P. G.; PEREIRA, Altamiro M. R. C. (2019). “Tradução do Conhecimento e os desafios contemporâneos na área da saúde: uma revisão de escopo”. *Saúde Em Debate*, v. 43, n. 2, pp. 200-216. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-11042019s215>
- FLEURY, Maria Tereza L.; WERLANG, Sergio. (2016). *Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens*.
- GRAHAM, Ian D; LOGAN, Jo; HARRISON, Margaret B; STRAUS, Sharon E.; TETROE, Jacqueline; CASWELL, Wenda; ROBINSON, Nicole. (2006). “Lost in knowledge translation: time for a map?” *The Journal of Continuing Education in the Health Professions*, v. 26, n.1, pp. 13-24. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1002/chp.47>
- HEYE, Ana M; SOUZA, Marina de M. (1987). “Projeto-piloto de apoio ao artesão: uma experiência em antropologia aplicada”. *Encontro Anual Da ANPOCS*, 11. Águas de São Pedro, SP, ANPOCS.
- JACKSON, Luiz Carlos. (2007). “Sociologia: aplicada”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, pp. 174-176. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s0102-69092007000200016>
- MENEZES, Jaci M. F. (2014). “Projeto Columbia, Projeto Unesco: pesquisa social aplicada, educação e mudança cultural no Brasil”. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 14, n. 56, pp. 75-94. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.20396/rho.v14i56.8640435>
- NAFSTAD, Hilde E. (1982). “Applied versus Basic Social Research: a Question of Amplified Complexity”. *Acta Sociologica*, v. 25, n. 3, pp. 259-267. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/000169938202500304>
- OXMAN, Andrew D; LAVIS, John N; LEWIN, Simon; FRETHEIM, Atle. (2009). “SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP) 1: What is evidence-informed policymaking?” *Health Research Policy and Systems*, v. 7, n. S1. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1186/1478-4505-7-s1-s1>
- PINHEIRO, Maurício M. S. (2020). *Políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs): Delimitando o problema conceitual*. Rio de Janeiro, IPEA.
- RAMOS, Máira Catharina; SILVA, Everton N. (2018). “Como usar a abordagem da Política Informada por Evidência na saúde pública?” *Saúde Em Debate*, v. 42, n. 116, pp. 296-306. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811624>
- ROSSI, Peter H; WRIGHT, James D; WRIGHT, Sonia R. (1978). “The Theory and Practice of Applied Social Research”. *Evaluation Quarterly*, v. 2, n. 2, pp.171-191. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0193841x7800200201>
- SHERRADEN, Michael; LOUGH, Benjamin J; SHERRADEN, Margaret S; SHANKS, Trina R W.; HUANG, Jin. (2019). “Applied Social Research: Aiming for Impact”. *Journal of the Society for Social Work and Research*, v. 10, n. 4, pp. 545-570. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1086/706153>
- SIMONS, Helen; PIPER, Heather. (2015). “Questões éticas na geração de conhecimento público”, in B Somekh e C. Lewin (orgs). *Teoria e métodos de pesquisa social*. Petrópolis, RJ, Vozes, pp. 56-65.
- SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. (2015). *Teoria e métodos de pesquisa social*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes.
- SOUZA, Maria S. A.; BARRETO, Jorge O. M. (2017). “Perspectivas das políticas informadas por evidências”, in T. S Toma, T. V. Pereira, T. Vanni e J. O. M. Barreto (orgs.). *Avaliação de tecnologias de saúde & políticas informadas por evidências*. São Paulo, Instituto de Saúde, pp. 411-444.

THIOLENT, Michel. (1992). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez.

TRIPP, David. (2005). “Pesquisa-ação: uma introdução metodológica”. *Educação E Pesquisa*, v. 31, n. 3, pp. 443-466. [Consult. 07-02-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>

VILLAS-BÔAS, Glaucia K. (2008). *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo, Editora FGV.

WEBER, Max. (2015). *Ciência e Política - Duas Vocações*. Editora Cultrix.

### *Eduardo Georjão Fernandes*

 <https://orcid.org/0000-0002-0307-3550>

 <http://lattes.cnpq.br/7468834541910752>

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro do INCT-Participa (Processo: 406630/2022-4). Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi diretor do Instituto Cíclica entre 2020 e 2025. E-mail: [eduardo.fernandes@unb.br](mailto:eduardo.fernandes@unb.br)

### *Ivone dos Passos Maio*

 <https://orcid.org/0000-0003-3384-2629>

 <https://lattes.cnpq.br/0968601617760728>

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro do INCT-Participa (Processo: 406630/2022-4). Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande. Foi diretora executiva do Instituto Cíclica entre 2020 e 2025. E-mail: [zimaio@gmail.com](mailto:zimaio@gmail.com)

### *Bruna Rossi Koerich*

 <https://orcid.org/0000-0001-9791-7808>

 <http://lattes.cnpq.br/4251908482842357>

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Analista Socióloga do Executivo Estadual do Rio Grande do Sul, pesquisadora do Observatório da Socioeducação (UFRGS) e no Instituto Cíclica. E-mail: [koerich.bruna@gmail.com](mailto:koerich.bruna@gmail.com)

## Revisão técnico-gramatical

Henrique Nicolas Santos<sup>3</sup>

## Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira relacionados à pesquisa, à análise dos dados e/ou à redação do manuscrito.

## Financiamento

O presente estudo foi realizado sem financiamento externo.

## Uso de IA

Foi utilizada a ferramenta ChatGPT para a versão inicial da Tabela 1. A Tabela foi revisada, ajustada e aprimorada pelos autores, resultando na versão final.

Foi utilizada a ferramenta Copilot da Microsoft para revisão textual do tópico “Desafios e implicações metodológicas”. Os autores se responsabilizam integralmente pelo conteúdo do texto.

## Disponibilidade de dados

Todos os dados utilizados e analisados neste estudo estão apresentados no corpo do manuscrito (tabelas, figuras e descrições metodológicas). Não há conjuntos de dados adicionais.

## Contribuições de autoria CRediT

Eduardo Georjão Fernandes, Ivone dos Passos Maio e Bruna Rossi Koerich: Conceitualização (Conceptualization); Análise formal (Formal analysis); Investigação (Investigation); Metodologia (Methodology); Validação (Validation); Visualização (Visualization); Redação rascunho original (Writing – original draft); Redação revisão e edição (Writing – review & editing).

---

<sup>3</sup> E-mail: [hns0797@gmail.com](mailto:hns0797@gmail.com)